



## **TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 22/2024 – CGPES/DIGAP</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1115:</b> Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
<b>Local(s) de Trabalho</b>	<i>Brasília - DF</i>
<b>Período do contrato:</b>	<i>11 meses</i>
<b>Número de vagas:</b>	2 (duas)
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	<b>Atividade 1.1.1</b> Realizar levantamento situacional de instrumentos pactuados no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional, estratificados nas diferentes realidades geográficas e socioeconômicas dos municípios;

### **1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes, metas e estratégias, estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP). Dentre essas, destaca-se a estratégia 7.5, que versa sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, capaz de estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.

Entende-se pela necessidade de contratação de consultorias especializadas para elaborar estudos e formular sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais, no sentido de avaliar e atualizar as funcionalidades de gestão, diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento, ações próprias aos procedimentos que envolvem o PAR, com o objetivo de apoiar o FNDE na criação, monitoramento e avaliação das políticas de educação no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE). Para a realização dos produtos, visando o alcance dos resultados esperados, faz-se necessária a contratação de profissional com formação em nível superior, especializado no desenvolvimento de estudos e ações subsidiárias aos processos de planejamento, gestão e avaliação dos Planos de Ações Articuladas-PAR, firmados no âmbito da Coordenação-Geral de Programas Especiais (CGPES), e ainda, na formulação de sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais, no sentido de definir e elaborar instrumentos de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira, e assim, fortalecer as condições institucionais que envolvem o PAR, geridas pelo FNDE em conjunto com as Secretarias do MEC e os entes federados, no âmbito do PNE.

### **2- ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

**Resultado 1.1** - Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.

**Atividade 1.1.1** - Realizar levantamento situacional de instrumentos pactuados no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional, estratificados nas diferentes realidades geográficas e socioeconômicas dos municípios;

### **3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**

#### **Atividades a serem executadas pelo Consultor 1**

**Atividade 1** Levantar os termos de compromisso com solicitação de desembolso financeiro no PAR, do período estudado.

**Atividade 2** Verificar a documentação anexada nas abas Execução (PAR 4) e Execução e Acompanhamento (PAR 3), no Simec, no período estudado.

**Atividade 3** Produzir relatório consolidado com atualização dos repasses dos recursos dos termos de compromisso do PAR e de emendas parlamentares.

**Atividade 4** Elaboração de instrumento para apoio à realização do estudo.

**Atividade 5** Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos nos Planos de Ações Articuladas, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares.

**Atividade 6** Realizar reuniões e/ou encontros com a área técnica para alinhamento das atividades e fechamento das entregas.

#### **Atividades a serem executadas pelo Consultor 2**

**Atividade 1** Gerar relatórios a partir do SIMEC, dos itens de composição solicitados nos Planejamentos das iniciativas objeto do estudo, inseridos no PAR 4 no período estudado.

**Atividade 2** Elaborar relatório consolidado com dados e análises comparativas entre os itens solicitados pelo ente e os aprovados pelo FNDE, considerando os critérios legais e estabelecidos pela gestão, relativos aos planejamentos inseridos no PAR 4 no período estudado.

**Atividade 3** Realizar levantamento e análise da junção das informações dos itens financiáveis para execução das demandas de assistência financeira do MEC/FNDE, pactuadas por meio de termos de compromisso entre o FNDE/MEC e os entes federativos.

**Atividade 4** Realizar levantamento e análise dos dados relativos aos preços de itens de termos de compromisso envolvendo ações inerentes ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

**Atividade 5** Oferecer informações técnicas para a atualização das informações, com o objetivo de subsidiar as reprogramações e execuções Termos de compromisso.

**Atividade 6** Elaboração de instrumento para apoio à realização do estudo.

**Atividade 7** Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos contidos nos Planos de Ações Articuladas e Projetos Educacionais de órgãos governamentais e sociais, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares.

**Atividade 8** Realizar reuniões e/ou encontros com a área técnica para alinhamento das atividades e fechamento das entregas.

#### 4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

##### Consultor 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento técnico 1</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para o objeto equipamentos de climatização, por região e por tipo de assistência financeira.	45 dias
<b>Documento técnico 2</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para os objetos Materiais esportivos e brinquedos, por região e por tipo de assistência financeira	100 dias
<b>Documento técnico 3</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para o objeto TICs, por região e por tipo de assistência financeira	160 dias
<b>Documento técnico 4</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para o objeto veículos, por região e por tipo de assistência financeira	215 dias
<b>Documento técnico 5</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para o objeto mobiliários de sala de aula, por região e por tipo de assistência financeira	275 dias
<b>Documento técnico 6</b> contendo estudo analítico da situação das iniciativas pagas, apresentadas no ano de 2024, com recursos oriundos do PAR e de emendas parlamentares, pela análise documental de comprovação da execução no âmbito do PAR (ciclos 3 e 4), para o objeto Material Escolar e equipamentos de cozinha, por região e por tipo de assistência financeira.	315 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

##### Consultor 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Documento técnico 1</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 6 - Adquirir material para modalidades especializadas e 9 - Adquirir material escolar inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração do Plano de Compras Nacional para a Educação.	45 dias
<b>Documento técnico 2</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 14 - Adquirir equipamento de climatização inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração	100 dias

do Plano de Compras Nacional para a Educação.	
<b>Documento técnico 3</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 16 - Adquirir equipamentos para práticas pedagógicas e laboratórios inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração do Plano de Compras Nacional para a Educação.	160 dias
<b>Documento técnico 4</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 17 - Adquirir mobiliário de sala de aula inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração do Plano de Compras Nacional para a Educação.	215 dias
<b>Documento técnico 5</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 18 - Adquirir mobiliário para outros ambientes escolares inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração do Plano de Compras Nacional para a Educação.	275 dias
<b>Documento técnico 6</b> contendo estudo analítico dos itens de composição da iniciativa 26 - Apoiar despesas de custeio no âmbito da política pública de transporte escolar inseridos no PAR 4, para os anos de 2023 e 2024, apresentando dados comparativos dos quantitativos solicitados e os aprovados por região e por tipo de assistência financeira, considerando as solicitações dos estados e municípios, com o fito e subsidiar a Coordenação nas proposições quando da elaboração do Plano de Compras Nacional para a Educação.	315 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

## 5 - INSUMOS

Ao (À) consultor (a) será dado o apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, podendo ser 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### 6.1 Análise curricular:

- a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- b) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- c) Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- e) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

### 6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

### 6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail [prododigap@fnde.gov.br](mailto:prododigap@fnde.gov.br);
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### **6.4 Critérios de desempate**

Caso haja empate entre os candidatos após a entrevista, deverão ser considerados para o desempate, os critérios elencados abaixo, na exata ordem a seguir:

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência profissional em atividades relacionadas aos processos de acompanhamento de políticas públicas na área de educação, no âmbito da Administração Pública Federal;
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência em uso de sistemas informatizados do governo federal relacionados à gestão e ao acompanhamento de programas, projetos e/ou atividades na área da educação;
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista.

### **7 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO**

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação<sup>1</sup>) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

#### **7.1. Obrigatórios:**

---

<sup>1</sup> Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

a) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, nas áreas de conhecimento<sup>2</sup> Administração ou Ciência da Computação fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

b) **Experiência profissional** mínima 3 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de acompanhamento de políticas públicas na área de educação, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

## 7.2. Desejáveis:

a) **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados do governo federal relacionados à gestão e ao acompanhamento de programas, projetos e/ou atividades na área da educação.

b) **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas a gestão financeira, pagamentos, análise e produção de relatórios em sistemas informatizados no âmbito de programas, projetos ou ações educacionais no setor público.

## 8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação Acadêmica	É <b>obrigatório</b> que possua diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Administração ou Ciência da Computação fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	<p>[100%] 10 pontos: Mestrado e/ou Doutorado;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização;</p> <p>[70%] 7 pontos: Graduação em Administração ou Ciência da Computação.</p>	10
2	Experiência do candidato	É <b>obrigatório</b> experiência profissional mínima 3 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de acompanhamento de políticas públicas na área de educação, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 17 pontos: 4 anos de experiência</p> <p>[70%] 14 pontos: 3 anos de experiência</p> <p>Sem pontuação e desclassificação: menos de 3 anos de experiência</p>	20
		É <b>desejável</b> que tenha experiência mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados do governo federal relacionados à gestão e ao acompanhamento de programas, projetos e/ou atividades na área da educação.	<p>100%] 30 pontos: 5 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 25,5 pontos: 4 anos de experiência</p> <p>[70%] 21 pontos: 3 anos de experiência</p>	30

<sup>2</sup> Áreas de conhecimento da CAPES.

3	Entrevista		Sem pontuação: menos de 3 anos de experiência	
		É <b>desejável</b> Experiência mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas a gestão financeira, pagamentos, análise e produção de relatórios em sistemas informatizados no âmbito de programas, projetos ou ações educacionais no setor público.	100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência [85%] 17 pontos: 4 anos de experiência [70%] 14 pontos: 3 anos de experiência Sem pontuação: menos de 3 anos de experiência	20
		Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5,0 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5,0 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 10,0 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7,0 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
<b>TOTAL DE PONTOS</b>				<b>100</b>

## 9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados e enviados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## 10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na



Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

#### **11 – LOCAL DE TRABALHO:** Brasília - DF.

O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho.

Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias se darão por conta do próprio Consultor.

Brasília/DF, novembro de 2024